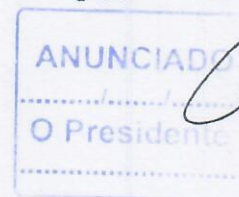


PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste



P/ Anexar juntamente com o relatório parecer de com C.

11/12/2023

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

Excelentíssima Senhora
Presidente da Comissão C

Deputada Cedelizia Faria dos Santos

Data : 6 de dezembro de 2023

Ref. n.º: 185/ VI/1ª/Com F

Assunto: Remessa o Parecer Setorial da PPL n.º.4/VI (1ª)-Orçamento Geral do Estado para 2024.

Senhoar Presidente,

Para os devidos efeitos a Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género tem a honra de remeter a V.Excia, o Parecer Setorial da PPL n.º.4/VI (1ª)-Orçamento Geral do Estado para 2023.

Em nome da Comissão subscreve-me com elevada estima e consideração.

Presidente da Comissão,

Deputada Maria Gorumali Barreto



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

PROPOSTA DE LEI N.º 4/VI (1ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

PARECER SETORIAL

Handwritten signature and mark



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

ÍNDICE

I.	CONSIDERANDOS PRÉVIOS.....	4
1.	Admissão da proposta	4
2.	Entrada, admissão e baixa às Comissões	4
3.	Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género	5
4.	Departamentos do Governo, órgãos e serviços da Administração Pública cujos orçamentos foram analisados pela Comissão F	5
5.	Relator	6
II.	ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL	7
1.	Enquadramento Constitucional	7
2.	Enquadramento Legal.....	7
III.	OS TRABALHOS DA COMISSÃO.....	7
1.	Iniciativas realizadas pela Comissão	7
2.	Audiências Públicas	8
IV.	ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL.....	9
1.	SECRETARIA DE ESTADO PARA A IGUALDADE (SEI).....	9
2.	MINISTÉRIO COORDENADOR DOS ASSUNTOS SOCIAIS (MCAS)	12
3.	MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E INCLUSÃO (MSSI).....	14
4.	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL (INSS) E FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL (FRSS)	16
5.	INSTITUTO NACIONAL DE COMBATE AO HIV-SIDA (INCSIDA).....	17
6.	INSTITUTO NACIONAL PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS (INDDICA) .	19
7.	CENTRO NACIONAL DE REABILITAÇÃO (CNR).....	20
8.	UNIDADE DE MISSÃO PARA O COMBATE AO STUNTING (UNMICS)	22
9.	SERVIÇO DE APOIO À SOCIEDADE CIVIL E AUDITORIA SOCIAL (SASCAS).....	23

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

10. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS).....	24
11. HOSPITAL NACIONAL GUIDO VALADARES (HNGV)	28
12. INSTITUTO NACIONAL DE FARMÁCIA E PRODUTOS MÉDICOS (INFPM)	30
13. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA DE TIMOR-LESTE (INSPTL)	32
14. SERVIÇO NACIONAL DE AMBULÂNCIAS E EMERGÊNCIA MÉDICA (SNAEM).....	33
15. MINISTÉRIO PARA OS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL (MACLN)	34
16. AUTORIDADE RAE OA-ZEESM E FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEOA (FED-RAEOA)	38
17. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA E BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE	39
V. CONCLUSÕES	39
VI. RECOMENDAÇÕES.....	40
VII. PARECER.....	43
VIII. APROVAÇÃO DO PARECER.....	44

Handwritten signature



I. CONSIDERANDOS PRÉVIOS

1. Admissão da proposta

A Proposta de Lei n.º 4/VI (1ª) – Orçamento Geral do Estado para 2024 –, doravante designada abreviadamente por PPL, foi apresentada pelo IX Governo Constitucional ao Parlamento Nacional, no exercício da competência legislativa conferida pela alínea c) do número 1 do artigo 97º e do artigo 115º, ambos da Constituição da República, no dia 23 de novembro de 2023.

Após dar entrada no Parlamento Nacional, a proposta de lei (PPL) foi remetida à Divisão de Apoio ao Plenário (DIPLN) para registo, numeração e elaboração de nota de admissibilidade, ao abrigo do disposto no artigo 4º alíneas f) e i) do Regulamento das Competências das Divisões do Secretariado-Geral do Parlamento Nacional.

A PPL tem por objeto estabelecer as receitas e despesas dos órgãos e serviços do Setor Público Administrativo para o ano orçamental de 2024, sendo composto pelo Orçamento de Administração Central, pelo Orçamento da Segurança Social e pelo Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Nos termos do número 2 do artigo 40º da Lei de Enquadramento Orçamental, a proposta de lei do OGE é acompanhada do relatório, dos desenvolvimentos orçamentais e dos elementos informativos

A PPL contém um articulado composto por 12 artigos e 1 anexo com 12 tabelas orçamentais das receitas e despesas do Setor Público Administrativo. A PPL cumpre todos os requisitos formais, conforme explanado na Nota de Admissibilidade emitida pela DIPLN, de 24 de novembro de 2023.

2. Entrada, admissão e baixa às Comissões

Nos termos do disposto nos artigos 163.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, compete às Comissões Especializadas Permanentes, no âmbito do procedimento legislativo de aprovação do OGE, elaborar um Parecer Setorial a remeter, posteriormente, à Comissão de Finanças Públicas. Assim, à Comissão de



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género – Comissão F, compete elaborar o respetivo Parecer Setorial na parte referente às áreas da sua competência material. Nos termos dos artigos 35.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, no âmbito da apreciação da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, as Comissões Especializadas Permanentes convocam as reuniões que julguem necessárias com a participação de membros do Governo, recebem informações destes, convocam titulares de órgãos da Administração Pública.

3. Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

De acordo com o Anexo I da Deliberação do Parlamento Nacional n.º 3/2023, de 3 de julho, que constituiu as Comissões Especializadas Permanentes, são as seguintes as áreas de competências da Comissão F:

- a) Saúde;
- b) Segurança Social;
- c) Crianças;
- d) Terceira idade;
- e) Cidadãos portadores de deficiência;
- f) Combatentes da luta pela libertação nacional;
- g) Igualdade de género;
- h) Inclusão e não discriminação.

**4. Departamentos do Governo, órgãos e serviços da Administração Pública
cujos orçamentos foram analisados pela Comissão F**

São os seguintes os departamentos do Governo e os órgãos e serviços da Administração Pública cujos orçamentos foram analisados pela Comissão F:

- 1. Secretaria de Estado para a Igualdade (SEI);
- 2. Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais (MCAS);
- 3. Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI);
- 4. Instituto Nacional de Segurança Social (INSS);
- 5. Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS);



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

6. Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA (INCSIDA);
7. Instituto Nacional para a Defesa dos Direitos das Crianças (INDDICA);
8. Centro Nacional de Reabilitação (CNR);
9. Unidade de Missão para o Combate ao *Stunting* (UNMICS);
10. Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social (SASCAS).
11. Ministério da Saúde (MS);
12. Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV);
13. Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (INFPM);
14. Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste (INSPTL);
15. Serviço Nacional de Ambulâncias Emergência Médica (SNAEM);
16. Ministério Para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (MACLN);
17. Autoridade da RAEOA;
18. Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA.

5. Relator

Ao abrigo do nº 3 do artigo 34º do Regimento do Parlamento Nacional foram designados os relatores Deputado Leandro Lobato e Deputada Lusía Taeki.

II. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL

1. Enquadramento Constitucional

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL) inclui a aprovação do Orçamento Geral do Estado no domínio de competência legislativa absolutamente reservada do Parlamento Nacional, consoante o disposto na alínea d) do artigo 115.º e no artigo 145.º da Constituição.

A competência legislativa assim estabelecida é exercida através da aprovação ou da alteração da Lei do Orçamento Geral do Estado para um determinado ano financeiro. A sua concretização faz-se, pois, através de lei.

A iniciativa legislativa compete, em geral, aos Deputados, às Bancadas Parlamentares e ao Governo, nos termos do artigo 97.º da CRDTL e do artigo 90.º do RPN e consiste no poder de desencadear o procedimento legislativo.

2. Enquadramento Legal

Em matéria de direito substantivo, além de enquadrado pela Constituição, o regime orçamental encontra-se regulado pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto.

No caso em apreço, por se tratar de legislar em matéria orçamental, a iniciativa legislativa está reservada exclusivamente ao Governo, consoante o disposto nos artigos 97.º, n.º 1, alínea c), 115.º, n.º 1, alínea d), 145.º, n.º 1, da CRDTL e no artigo 162.º do RPN.

III. OS TRABALHOS DA COMISSÃO

1. Iniciativas realizadas pela Comissão

A Comissão realizou, no âmbito da instrução do procedimento legislativo, as seguintes atividades:

- a) Análise da execução orçamental de 2023, preparada pelos técnicos e assessores da Comissão F;



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- b) Estudo e análise da proposta de lei do orçamento para 2024 e dos documentos orçamentais que a acompanham;
- c) Audiências públicas com os representantes das principais instituições públicas acima mencionadas.

2. Audiências Públicas

Nos termos da legislação aplicável, foram realizadas audiências com todos os Ministérios, Secretarias de Estado, Órgãos, Serviços e Fundos Autónomos da área de competência da Comissão F, com vista à apresentação do relatório de execução do OGE 2023, bem como à apresentação da proposta do OGE 2024. As audiências públicas foram realizadas em conformidade com a agenda previamente aprovada. Tiveram lugar entre os dias 30 de novembro e 5 de dezembro de 2023.

O calendário das audiências públicas realizadas foi o seguinte:

Data	Horas	Local	Entidades
Quinta-feira, 30/11/2023	09h00-12h00	Sala de Conferências	• Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA (INCSIDA) • Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança (INDDICA) • Unidade de Missão para o Combate ao <i>Stunting</i> (UNMICS) • Centro Nacional de Reabilitação (CNR)
	14h30-17h00	Sala da Comissão	• Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais (MCAS) • Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) • Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)
Sexta-feira, 01/12/2023	09h00-12h30	Sala de Conferências	• Ministério da Saúde (MS) • Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste (INSP-TL) • Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (INFPM) • Hospital Nacional Guido



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

			Valadares (HNGV) Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica (SNAEM)
Segunda-feira, 04/12/2023	09h00	Sala do Plenário	Presidente da Autoridade da RAEOA (<i>Todas as Comissões</i>)
	14h00-16h00	Sala de Conferências	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (MACLN)
	16h00-17h30	Sala de Conferências	Secretaria de Estado da Igualdade (SEI)
Terça-feira, 05/12/2023 (<i>Todas as Comissões</i>)	09h00	Sala do Plenário	- Ministra das Finanças (MF) - Autoridade Tributária - Autoridade Aduaneira - Banco Central Timor-Leste
Quarta-feira, 06/12/2023	14h30	Sala da Comissão	- Apreciação e aprovação do Parecer Setorial da PPL N.º 4/VI (1.ª). - Remessa do Parecer Setorial da PPL N.º 4/VI (1.ª).

IV. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL

1. SECRETARIA DE ESTADO PARA A IGUALDADE (SEI)

O OGE retificativo para 2023 referente à SEI foi de \$2.152.264. A execução orçamental para a SEI, até 4 de dezembro de 2023 foi de 76.4% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global à SEI de \$2.138.813, o que resulta numa redução de 0,62%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental da SEI para 2024 foi dividida em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 9 subprogramas e 17 atividades.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$934.801, registando um aumento de 1,16% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$1.204.012, registando uma redução de 1,97% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O orçamento total da SEI é de \$2.147.053, no entanto com o valor de \$8.240 provenientes do Ministério das Finanças para o património do Estado, a SEI conta com um orçamento total global de \$2.138.813.
- A categoria salários e vencimentos conta com uma alocação orçamental total de \$775.247 para o pagamento de salários da Secretária de Estado, das 8 nomeações políticas, de uma Diretor Geral, 5 Diretores Nacionais, 12 Chefes de Departamento, 2 Chefes de Secção, 59 funcionários permanentes e 25 agentes da Administração Pública. Esta verba destina-se igualmente ao pagamento do 13.º mês a todos os funcionários da SEI e do subsídio de transporte aos funcionários permanentes e agentes.
- Verifica-se uma redução no orçamento da categoria salários e vencimentos relativamente ao OGE retificativo de 2023, uma vez que os custos relativos ao pagamento de abonos, viagens locais e ao estrangeiro passaram a ser previstos na categoria de bens e serviços.
- A categoria bens e serviços, com uma verba total de \$836.616, destina-se a 2 programas, 6 subprogramas e 11 atividades a implementar pelo SEI no ano de 2024. Esta verba será utilizada no pagamento de salários dos funcionários casuais, assessores nacionais e assessor internacional, para a formação dos Chefes de Suco sobre liderança transformativa, e outros custos tais como, viagens locais e ao estrangeiro, eletricidade, comunicações, e ainda para a realização de campanhas: campanha dos 16 Dias, campanha nacional sobre Violência Doméstica.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- O valor de \$300.000 alocado à categoria de transferências públicas destina-se ao apoio dos 100 novos Grupos de Beneficiários em 100 sucos nos 13 municípios, para a implementação do Programa Hakbiit Ekonomia Feto, com o objetivo de prevenir a violência baseada no género; ao apoio de organizações da sociedade civil para a formação e acompanhamento dos grupos de beneficiários no âmbito do reforço da participação das mulheres na vida política; e para a reestruturação da Associação Feto Potensiál nos 13 municípios.
- Na categoria de capital menor encontram-se alocados \$226.950 para a compra de dois carros e 30 motos, 42 computadores, 9 impressoras, 39 cadeiras e mesas e 16 armários.
- No OGE retificativo de 2023, a categoria de capital menor contava com uma alocação de \$88.550, apresentando até à data uma execução de 94,8%. A SEI explica que o aumento desta categoria justifica-se pela de carros e motos e pela subida dos preços.
- A SEI conta atualmente com um total de 181 funcionários, dos quais, 60 são funcionários permanentes, 20 são agentes da Administração Pública, 9 nomeações políticas, 85 funcionários casuais, 6 assessores nacionais e 1 assessor internacional. Dos 181 funcionários, 106 são mulheres e 75 são homens.
- A SEI esclareceu que atualmente conta com apoio de quatro parceiros, nomeadamente a UNFPA e a UNWomen, que prestam apoio financeiro direto, no valor de \$25.000 e \$75.000 respetivamente, e a DIFAC e a KOICA que prestam apoio indireto.
- Quanto ao fundo rotativo, foi esclarecido pela SEI que são atribuídos \$2000 a cada grupo de beneficiários. Estes grupos são compostos maioritariamente por mulheres, não se limitando a estas. Os grupos têm de ser presididos por mulheres, mas podem conter membros masculinos.
- Quanto ao Plano de Ação Nacional contra a Violência Baseada no Género, especificamente quanto à implementação da Lei contra a Violência Doméstica, a

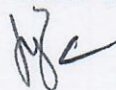
[Handwritten signature]

SEI esclareceu que esta lei foi revista, tendo já sido elaborado um esboço de alteração da lei, apresentado ao Ministério da Justiça. Este esboço aguarda aprovação em Conselho de Ministros para ser apresentado ao Parlamento Nacional.

- O total de orçamento do Fundo de Transferência Pública de 2019 a 2022 é de \$1.228.000 tendo sido alocado um montante de \$1.180.636,20 a 398 grupos de beneficiários de mulheres em 314 sucos, 157 Postos Administrativos em 13 municípios. Estes fundos foram utilizados no mecanismo rotativo que beneficia homens e mulheres num total de 2419 (1948 mulheres e 471 homens).
- \$61.000 do orçamento do FTP foi utilizado na realização do Congresso Feto Potensiál nos 13 município em 2019, e \$381.598,20 foram alocados a 9 ONG nacionais em 2019 (\$44.320), à ONG nacional Acbit em 2020 (\$4000), 8 ONG nacionais em 2021 (\$309.000), e a 8 ONG nacionais em 2022 (\$24.278).
- Em 2023 o FTP contou com um montante total de \$200.000, tendo sido alocado a 38 grupos de beneficiários em 35 sucos, 23 Postos Administrativos, beneficiando um total de 194 pessoas (146 mulheres e 48 homens), num total de \$68.000.
- Do total de orçamento do FTP de 2023, foram apoiadas várias ONG e associações com um valor total de \$132.000. Estas entidades foram as seguintes: Alola, Acbit, Rede Feto, Fokupers e Alfela (\$55.000), Associações Feto Potensiál em 12 municípios (\$53.000); Feto Prontu Lidera Hamutuk (\$22.000); e ADMTL (\$2000). Este apoio tem como objetivo o desenvolvimento de atividade de aumento da participação de mulheres na vida política, prevenção de violência doméstica, apoio na formação das associações Feto Potensiál Municipal e apoio a Associações de pessoas com deficiência.

2. MINISTÉRIO COORDENADOR DOS ASSUNTOS SOCIAIS (MCAS)

O OGE retificativo para 2023 referente ao MCAS foi de \$101.600. A execução orçamental para o MCAS, até 4 de dezembro de 2023 foi de 53% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).





República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MCAS de \$800.000, o que resulta num aumento de 620,72%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023.

A proposta de dotação orçamental do MCAS para 2024 conta com apenas 1 programa – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, 1 subprograma e 1 atividade, para o qual se propõe um orçamento de \$800.000, registando um aumento de 687,40% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023. O Programa de Reformas das Políticas Nacionais do Setor Social que contava com um orçamento de \$9.400 no OGE retificativo de 2023, foi retirado do OGE para 2024.

Quanto à execução do OGE retificativo de 2023, verifica-se que a categoria de Salários e Vencimentos conta com uma percentagem de execução de 55,1% e a categoria de Capital Menor não foi executada, apresentando uma percentagem de 0%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- A categoria de Salários e Vencimentos conta com uma alocação orçamental de \$709.200, que se destinam ao pagamento de salários e vencimentos do coordenador geral, dos coordenadores de cada unidade, assessores, técnicos especializados, secretário executivo, técnico superior, técnico profissional e assistentes técnicos.
- A categoria de Bens e Serviços, com uma verba de \$71.800, destina-se a cobrir os custos de combustível, viagens locais e ao estrangeiro, realização de workshops e seminários, impressão de documentos, entre outros.
- Finalmente, a verba de \$19.000 alocada à categoria de Capital Menor destina-se à compra de computadores, impressoras, projetor, cadeiras e mesas.
- O MCAS esclarece que o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional tem como principal objetivo a formação e capacitação da força de



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

trabalho e que o programa Reformas das Políticas Nacionais do Setor Social visa o estabelecimento de um grupo de trabalho técnico interministerial de cariz social, a revisão e harmonização de políticas e legislação do setor social, o levantamento de dados de cariz social e a monitorização e avaliação de cariz social.

- Não foram incluídos nos livros orçamentais que acompanham a PPL os pontos de partida, metas e indicadores no orçamento do MCAS.

3. MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E INCLUSÃO (MSSI)

O OGE retificativo para 2023 referente ao MSSI foi de \$30.217.108. A execução orçamental para esse Ministério, até 4 de dezembro de 2023 foi de 70,3% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MSSI de \$20.562.537, o que resulta numa redução de 31,95%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do MSSI para 2024 foi dividida em dois programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social. Os programas subdividem-se em 14 subprogramas e 48 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$10.178.518 registando um aumento de 29,34% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$10.384.019 registando uma redução de 53,53% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023.

As categorias de Capital de Desenvolvimento e de Transferências Públicas são as que apresentam uma percentagem de execução mais elevada no ano fiscal de 2023, verificando-se uma execução de 0% na categoria de Capital Menor e de 45% na categoria de Bens e Serviços.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- Relativamente às questões sobre a continuação do Programa Bolsa da Mãe-Jerasaun Foun, o MSSI esclareceu que com base nas discussões com o Banco Mundial e a UNICEF, o Programa não continua no ano de 2024. O MSSI esclareceu também que no primeiro ano de implementação o Programa era financiado em 50% pelo Governo de Timor-Leste e 50% pelo Governo da Austrália, no segundo ano foi financiado em 90% pelo Governo de Timor-Leste e 10% pelo Governo da Austrália, sendo que caso continuasse em 2024, o Programa seria financiado em 100% pelo Orçamento do Governo de Timor-Leste.
- Quanto à questão colocada pela Comissão F relativa ao orçamento que já foi transferido pelo Governo da Austrália de cerca de 8 milhões de dólares e a sua utilização, não foi dada qualquer resposta pelo MSSI.
- No entanto, mantém-se o Programa Bolsa da Mãe Condicional que, ao invés do primeiro, não é de carácter universal, sendo atribuído mediante o preenchimento de certos requisitos, nomeadamente a pessoas ou famílias vulneráveis. O subsídio atribuído é de \$5 por mês a cada beneficiário o que totaliza \$60 ao ano.
- Quanto ao Capital de Desenvolvimento, a verba alocada destina-se à construção de Centros de Solidariedade Social. Nos municípios de Aileu, Ainaro, Viqueque e Liquiçá os Centros de Solidariedade Social já estão em construção e prevê-se a sua conclusão em dezembro deste ano. Pretende-se construir um novo CSS em Bobonaro.
- O MSSI informou que não foi alocada verba para a compra de carros funerários.
- O programa de reintegração comunitária tem como objetivo a reintegração dos antigos prisioneiros na comunidade, com base no princípio da igualdade enquanto direito humano, através da atribuição de subsídios pelo MSSI. O MSSI trabalha em coordenação com o Ministério da Justiça, Direção Prisional.



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- Foi ainda alocado uma verba de \$5000 para a compra de uniformes desportivos para 30 pessoas, homens e mulheres, para as equipas de futebol, vólei, entre outros.

4. INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL (INSS) E FUNDO DE RESERVA DA SEGURANÇA SOCIAL (FRSS)

O OGE retificativo para 2023 referente ao INSS foi de \$81.707.655. A execução orçamental para o INSS, até 4 de dezembro de 2023 foi de 0% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INSS de \$92.822.948, o que resulta num aumento de 13,60%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do INSS para 2023 foi dividida em três programas: Regime Contributivo de Repartição, Regime Não Contributivo e Administração da Segurança Social, 4 subprogramas e 6 atividades.

Para o Regime Contributivo de Repartição propõe-se um orçamento de \$11.046.493, registando um aumento de 16,66% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, para o Regime Não Contributivo propõe-se um orçamento de \$74.976.685, registando um aumento de 10,67% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para a Administração da Segurança Social propõe-se um orçamento de \$2.309.390, registando um aumento de 51,43% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023.

O Fundo de Reserva da Segurança Social conta com um montante de orçamento proposto de \$254.795.707, o que resulta num aumento de 57,27% relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023, sendo composto por apenas um programa – Regime Contributivo de Capitalização.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- Em primeiro lugar é importante notar que os montantes orçamentais apresentados pelo INSS não são coincidentes com aqueles apresentados nos Livros Orçamentais que acompanham a PPL.
- A categoria Capital de Desenvolvimento destina-se à construção do edifício central do INSS em Bemori, incluindo um centro de atendimento integrado.
- O INSS informou que o Portal eletrónico da Segurança Social vai iniciar em janeiro de 2024.
- A formação de recursos humanos para a gestão do Fundo de Reserva da Segurança social está em fase de conclusão.
- Quanto ao subsídio de velhice, na primeira fase de 2023 foram atribuídos subsídios a 99.343 beneficiários e, na segunda fase a 99.186 beneficiários. As reclamações recebidas dos beneficiários deste subsídio muitas vezes relacionam-se o depósito do subsídio em conta diferente. Neste momento o pagamento do subsídio de velhice nos municípios de Bobonaro, Covalima, Liquiçá, Ainaro e Lautém encontram-se concluídos.
- Relativamente ao caso da petição que deu entrada na Comissão F, de um veterano que também desconta para a Segurança Social, e que requer o subsídio de velhice, o INSS informa que neste caso o beneficiário ainda não atingiu o prazo de obtenção do subsídio.
- Os parceiros de desenvolvimento do INSS são o Governo de Portugal na criação do Portal Eletrónico com um apoio de \$300.000 e no apoio de duas instituições de solidariedade social em Baucau, uma em Ermera e duas em Díli, e a UNICEF na formação de assistentes sociais.

5. INSTITUTO NACIONAL DE COMBATE AO HIV-SIDA (INCSIDA)

O OGE retificativo para 2023 referente ao INCSIDA foi de \$500.000. A execução orçamental para o INCSIDA, até 4 de dezembro de 2023 foi de 74,3% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INCSIDA de \$798.212, o que resulta num aumento de 59,64%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do INCSIDA para 2024 foi dividida em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 2 subprogramas e 6 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$452.970, registando um aumento de 89,94% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$345.242, registando um aumento de 32,02% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023.

Quanto à execução orçamental de 2023, a categoria de Transferências Públicas apresenta uma percentagem de execução de 0%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O INCSIDA esclareceu que trabalha em colaboração com o MS no controlo e combate do HIV-SIDA. O MS implementa, através da identificação, tratamento e reabilitação dos casos e o INCSIDA faz advocacia e disseminação de informação.
- O INCSIDA informou que até setembro de 2023 registaram-se 2050 casos: 0-5 anos – 57 casos, 6-14 anos – 18 casos, 15-24 anos – 572 casos, 25-44 anos – 1205 casos, mais de 45 anos – 198 casos.
- Atualmente o INCSIDA tem apenas três Direções, com um total de 45 funcionários. Pretendem fazer o recrutamento de mais sete funcionários.
- De acordo com a fiscalização da Comissão F, registou-se um aumento do número de casos de HIV. O INCSIDA confirmou que os casos são superiores nas zonas fronteiriças.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

6. INSTITUTO NACIONAL PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS (INDDICA)

O OGE retificativo para 2023 referente ao INDDICA foi de \$300.000. A execução orçamental para o INDDICA, até 4 de dezembro de 2023 foi de 79,3% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INDDICA de \$992.837, o que resulta num aumento de 230,95%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do INDDICA para 2024 foi dividida em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 4 subprogramas e 16 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$873.357, registando um aumento de 301,51% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$119.480, registando um aumento de 44,86% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O INDDICA esclarece que a verba alocada à categoria Salários e Vencimentos destina-se ao pagamento dos salários dos funcionários públicos, a categoria Transferências Públicas cobre as despesas das visitas de cortesia aos municípios e os apoios imediatos às crianças, a categoria Capital Menor destina-se à compra de equipamento e transportes e a categoria de Capital de Desenvolvimento destina-se à construção do novo edifício do INDDICA.
- Quanto à implementação e socialização da Lei da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, o INDDICA esclareceu que pretendem utilizar os meios de comunicação social para divulgação da Lei. O INDDICA pretende ainda incluir a sensibilização da LPCJP a nível municipal e nacional do Plano Estratégico 2024-2028.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- O INDDICA informou que em 2023 contou com a ajuda dos parceiros UNICEF, CARE e PLAN para a celebração das seguintes atividades: celebração do Dia Mundial das Crianças no município de Manufahi; Lançamento do Website e do Plano Estratégico 2024-2028; celebração do Dia Mundial dos Direitos das Crianças no município de Ainaro.

7. CENTRO NACIONAL DE REABILITAÇÃO (CNR)

O OGE retificativo para 2023 referente ao CNR foi de \$1.400.000. A execução orçamental para o CNR, até 4 de dezembro de 2023 foi de 69,9% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao CNR de \$1.391.409, o que resulta numa redução de 0,61%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do CNR para 2024 foi dividida em dois programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 4 subprogramas e 8 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$483.636, registando um aumento de 12,23% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$907.773, registando uma redução de 6,32% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023.

Relativamente à execução do OGE retificativo de 2023, as categorias de Salários e Vencimentos e Bens e Serviços apresentam, no geral, percentagens de execução a rondar os 75%, no entanto, a categoria Capital Menor apenas foi executada em 28,9%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O orçamento para 2024 previsto pelo CNR era no montante de \$1.400.000, no entanto a Comissão de Revisão do Orçamento resolveu transferir o montante



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

de \$8.591 alocado à Manutenção e Reparação de Veículos para a dotação geral do Governo, ficando o CNR com um orçamento de \$1.391.409.

- Quanto ao desempenho do CNR, foram apresentados os seguintes dados registados entre janeiro e novembro de 2023: foram atendidas 1837 pessoas, sendo que 713 são novos; foram fornecidas cadeiras de rodas a 541 pessoas; 164 pessoas receberam serviços próstéticos e as restantes receberam serviços terapêuticos.
- Foi esclarecido pelo CNR que existem cadeiras de rodas que seguem as regras internacionais e operadas por técnicos formados. Estas cadeiras de rodas adequam-se às necessidades de cada pessoa.
- O CNR explicou que a atividade de empoderamento para apoiar pessoas com deficiência faz parte integral do serviço de reabilitação, para que os cidadãos com deficiência possam adquirir capacidades de reintegração na sociedade. Este objetivo faz parte das prioridades do IX Governo Constitucional.
- O CNR recebe apoio de parceiros internacionais, maioritariamente apoio técnico e de formação.
- Relativamente à inexistência de Uma Mahon para as pessoas com deficiência, o CNR esclareceu que de momento existem dormitórios ou alojamentos que acomodam as pessoas com deficiência identificadas, onde estas recebem tratamento adequado à sua condição.
- Relativamente aos mecanismos de sensibilização, até agora o CNR tem-se focado nas pessoas com deficiências físicas, no entanto tem feito esforços para aumentar a sensibilização junto da comunidade e autoridades locais.
- Quanto às compras dos materiais necessários pelo CNR, o orçamento alocado à primeira atividade destina-se à compra de matérias-primas para a produção de próteses de braços e pernas, que tanto podem ser adquiridos em Timor-Leste como no estrangeiro. O orçamento alocado à última atividade destina-se à compra de equipamentos de mobilidade como cadeiras de rodas, andarilhos, entre outros.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

8. UNIDADE DE MISSÃO PARA O COMBATE AO STUNTING (UNMICS)

A PPL estabelece uma alocação orçamental global à UNMICS de \$300.000, dos quais \$18.500 estão alocados ao programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e \$281.500 ao programa Cuidados de Saúde Primários. O OGE de 2024 para a UNMICS foi dividido em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Cuidados de Saúde Primários, 3 subprogramas e 3 atividades.

A UNMICS é uma unidade nova.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Em primeiro lugar cumpre referir que nos livros orçamentais que acompanham a PPL não estão referidas as metas, os indicadores e os pontos de partida das atividades da UNMICS.
- A UNMICS informou que até agosto de 2023 encontrava-se na dependência do Primeiro-Ministro, mas que atualmente está sob a tutela do MCAS.
- A UNMICS foi criada em 2022, no entanto esclareceu que na altura não tinha fundos suficientes para começar a operar, uma vez que não lhe foi atribuída qualquer verba no OGE de 2023.
- A UNMICS refere que atualmente a taxa de malnutrição é de 47%, pretendendo-se reduzir essa taxa para 30% até 2025 e para 25% até 2030.
- A UNMICS apresenta um programa integrado e holístico no combate ao *stunting*, contando com vários parceiros, como o MS, o Ministério da Educação, ONU e outras organizações.
- O Plano Nacional de Combate ao *Stunting* ainda não foi concluído, será apenas no ano de 2024.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

9. SERVIÇO DE APOIO À SOCIEDADE CIVIL E AUDITORIA SOCIAL (SASCAS)

O OGE retificativo para 2023 referente ao SASCAS foi de \$7.253.239. A execução orçamental para o SASCAS, até 4 de dezembro de 2023 foi de 52,7% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao SASCAS de \$23.000.000, o que resulta num aumento de 217,10%, relativamente ao montante alocado no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do SASCAS para 2024 foi dividida em dois programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social. Os programas subdividem-se em 5 subprogramas e 11 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$773.661, e para o programa Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$22.226.339.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Em primeiro lugar é importante notar que não foram incluídos nos livros orçamentais que acompanham a PPL os pontos de partida, metas e indicadores no orçamento do SASCAS.
- O SASCAS apoia financeiramente as seguintes organizações da sociedade civil: 85 fundações e associações, 46 grupos comunitários, 11 organizações da resistência e 5 organizações religiosas não católicas.
- O SASCAS atua nas seguintes áreas de intervenção: boa governação, educação cívica, empoderamento comunitário, reforço institucional e construção.
- Para a categoria Salários e Vencimentos foi atribuído um total de \$527.298 para o pagamento de salários 4 funcionários públicos, 34 contratados nacionais, pagamento do 13.º mês, subsídios de transporte, viagens locais e ao estrangeiro.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- A categoria de Bens e Serviços, com um orçamento de \$246.363 destina-se ao apoio do funcionamento do SASCAS em 2024, combustível, comunicações, limpeza, transportes internacionais, material de escritório, entre outros.
- O SASCAS informou que continua a dar apoio à Cruz Vermelha, à Clínica da Saúde do Bairro Pité e à Fundação Max Stahl.
- O orçamento para o apoio à Conferência Episcopal Timorense é no valor de \$15.936.100 na categoria de Transferências Públicas.
- Quanto à construção da Igreja de São Paulo em Lospalos, foi feita transferência do Ministério das Finanças no montante de \$1.000.000 para a conta da Comissão Organizadora, no entanto o projeto ainda não iniciou uma vez que o desenho e o BoQ ainda se encontram na ADN.I.P.
- O SASCAS continua a fazer monitorização e avaliação de 147 projetos de subvenção pública de 2023, e continua a monitorizar as obras em processo de finalização, tais como de cinco capelas, uma igreja no Suai, 3 igrejas protestantes e dois orfanatos muçulmanos.
- O SASCAS informou também que o Projeto CET precisa de mais recursos humanos para a monitorização, avaliação e supervisão do projeto, e que é necessário o recrutamento de um assessor internacional para o Fórum Sociedade Civil da CPLP.

10. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

O OGE retificativo para 2023 referente ao MS foi de \$68.599.746. A execução orçamental para esse Ministério, até 4 de dezembro de 2023 foi de 80,8% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MS de \$67.600.906, o que resulta numa redução de 1,46%, relativamente ao montante alocado no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do MS para 2024 foi dividida em três programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional,



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Secundários e Terciários. Os programas subdividem-se em 16 subprogramas e 73 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$44.584.995 registando um aumento de 419,16% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023. Os programas Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Secundários e Terciários são programas novos, contando com uma alocação orçamental de \$7.273.665 e \$15.742.246, respetivamente. Os Programas Saúde e Igualdade de Género e Inclusão Social deixam de ser previstos no OGE de 2024.

A categoria de Transferências Públicas é a que apresenta uma percentagem de execução mais alta, de 98,6%, em contraste com a categoria de Capital Menor que apenas foi executada em 41,6%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Em primeiro lugar é importante realçar que os dados apresentados pelo MS nas audiências públicas não estão em conformidade com a PPL, nomeadamente quanto aos programas do orçamento. No entanto, ficou esclarecido pelo MS que existem apenas os três programas identificados acima.
- A Comissão F nota a não máxima preparação do MS e das entidades sob a sua tutela para as audiências públicas. No entanto, reconhece-se o esforço na entrega de resposta escrita bem fundamentada e completa.
- O aumento do valor orçamental para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional justifica-se pelo recrutamento de 800 a 900 profissionais de saúde. Efetivamente, verifica-se atualmente uma fraca gestão de recursos humanos, refletindo-se na insuficiência de profissionais de saúde nos hospitais, centros e postos de saúde.
- Nas ações de fiscalização da Comissão F verificou-se que, no geral, os equipamentos estão em más condições, e que os profissionais de saúde não são



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

formados para os utilizar. O MS esclareceu que o orçamento prevê a compra de equipamento novos, incluindo a formação sobre a sua utilização. Foi já elaborado um plano de compras destes equipamentos.

- O MS informou que já foi feito um levantamento do número de funcionários existentes nos estabelecimentos de saúde – médicos, enfermeiros, parteiras e técnicos aliados – e que o OGE para 2024 prevê orçamento para responder à insuficiência de recursos humanos, no valor de \$1.8 milhões para o recrutamento de 600 profissionais de saúde. No entanto, esclarece que quando ao pessoal de limpeza e segurança, de acordo com a política de descentralização, o recrutamento é da competência da administração municipal.
- Quanto ao orçamento para a manutenção de edifícios, este destina-se a projetos de retenção, reapropriação e projetos novos, reabilitação de hospitais, centros e postos de saúde e à manutenção de equipamentos de saúde.
- O MS informou que as doenças com maior incidência são: infeção respiratória aguda, pneumonia, diarreia, influenza, infeção cutânea, infeção sexual feminina, infeção genital e ferimentos de acidentes.
- Relativamente à nutrição, foi questionada qual a coordenação existente entre o MS e a UNMICS, como e qual entidade é que implementa e monitoriza as atividades previstas e se existe duplicação orçamental. O MS garante que não existe duplicação de atividades nem de orçamentos do MS e da UNMICS e que as duas entidades estão a colaborar na elaboração de uma Plano Nacional de Nutrição. O MS combate o *stunting* através de frentes: prevenção, tratamento e reabilitação; e promoção da educação sobre o problema da nutrição.
- Ainda quanto à nutrição, o MS explicou que foi feita uma compra de Supercereais no montante de \$1.200.000, que tem mobilizado esforços para melhorar o estado nutritivo da população, dando mais atenção aos bebés e crianças, que tem desenvolvido campanhas de mudança de comportamentos sobre a nutrição e que tem promovido o Programa Educação na Saúde.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- A Comissão F destaca os baixos valores orçamentais alocados às atividades relativas a serviços de deficiência, que conta com apenas \$3.768, controlo de HIV-SIDA e DST, com uma verba de apenas \$50.000, e saúde mental com orçamento de \$52.000.
- O MS esclareceu que a saúde mental é uma preocupação e uma prioridade. No Plano Estratégico do setor da saúde prevê-se o estabelecimento de *Acute Care* não só no HNGV, mas também nos cinco hospitais referais, e pretende-se capacitar o pessoal de saúde na área da psiquiatria e psicologia.
- Quanto aos serviços destinados às pessoas com deficiência, existe pessoal destacado em cada centro de saúde para os cuidados de pessoas com deficiência, fornecendo cuidados e tratamentos adequados.
- Quanto às dívidas existentes aos hospitais da Malásia, Singapura e Indonésia, já foi feito o pagamento de 13 milhões de dólares, restando ainda uma dívida de 4.1 milhões de dólares.
- Relativamente às atividades de registo de serviços de saúde e de registo de clínicas privadas e farmácias, estas serão implementadas pelo Gabinete de Licenciamento e Registo de Atividades de Saúde, enquanto direção estratégica de implementação da garantia e controlo de qualidade e boas práticas dos estabelecimentos de saúde e dos profissionais de saúde, com o objetivo de garantir acesso a serviços de qualidade e de boas práticas na saúde privada, assegurando segurança, qualidade e eficácia dos produtos de saúde, prevenindo assim ameaças à saúde pública.
- Foi esclarecido pelo MS que os antigos edifícios utilizados como locais de isolamento durante a Pandemia Covid-19 serão utilizados para serviços de cuidados paliativos e de serviços vocacionados à terceira idade.
- Relativamente à transferência de pacientes para o estrangeiro, as principais áreas são oncologia (1º) e cardiologia (2º). O MS prevê um investimento na área de cardiologia, por forma a reduzir a transferência de pacientes.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- Relativamente à Saúde Materno-Infantil, foram fornecidos os seguintes dados de 2022: 28475 partos medicamente assistidos, 19671 visita pós-natal na primeira semana, 18950 visitas pós-natal na segunda semana, 592 mortes perinatal, 122 mortes neonatal 0-28 dias. Sensibilização e consciencialização através de visitas às famílias, SISCa, clínica móvel. De acordo com os dados obtidos, Timor-Leste apresenta uma redução na mortalidade das mães, no entanto os números da mortalidade perinatal e neonatal continua elevado.
- Quanto ao Programa de Educação na Saúde, o MS informa que o mesmo promove a educação sobre o problema da nutrição, realiza atividades de celebração, como o Dia Mundial da Nutrição, Dia Mundial da Amamentação, e divulga informação através dos meios de comunicação social, entre outras ações.
- Relativamente ao Programa Nacional HIV/STI e Hepatite, e à coordenação do MS com o INCSIDA, o MS esclareceu que trabalham em coordenação no combate contra o HIV através da uniformização de um pacote de informação ao público e na coordenação de eventos relacionais com o combate ao HIV e atividades de sensibilização; coordenação e advocacia conjunta na mobilização de recursos; identificação conjunta de necessidades de formação de pessoal de saúde.
- Quanto aos dados sobre HIV-SIDA fornecidos pelo MS: desde o início de 2023 até ao 3.º trimestre de 2023, registaram-se 2050 casos – 317 mortes, 452 não fizeram tratamento, 1060 em tratamento, 15 grávidas.
- Quanto à importação de medicamentos, ainda não foi feito o registo de 28 importadores e do INFPM na Direção Nacional de Farmácia e Medicamentos.

11. HOSPITAL NACIONAL GUIDO VALADARES (HNGV)

O OGE retificativo para 2023 referente ao Hospital Nacional Guido Valadares foi de \$14.031.505. A execução orçamental para o HNGV, até 4 de dezembro de 2023 foi de 75,9% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao HNGV de \$13.561.728, o que resulta numa redução de 3,35%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do HNGV para 2024 foi dividida em dois programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 10 subprogramas e 36 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$4.980.767, registando uma redução de 14,05% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$8.580.961, registando um aumento de 4,18% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023.

As categorias de Salários e Vencimentos e Bens e Serviços são as que apresentam uma percentagem de execução mais elevada no ano fiscal de 2023, com 81,4% e 76,7%, respetivamente, verificando-se uma execução baixa nas restantes categorias: de 0% na categoria de Transferências Públicas, 20,6% na categoria de Capital Menor e 34,6% na categoria de Capital de Desenvolvimento.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Quanto ao Capital Menor, a verba alocada destina-se à compra de vários equipamentos, como cadeiras, mesas e armários, mas também equipamentos de mamografia, máquina *biosystem*, entre outros.
- Relativamente à expansão da unidade de maternidade, o HNGV alocou um montante de \$78.381, no entanto não poderá avançar, devido ao Master Plan HNGV que será implementado em 2025.
- A construção da unidade de pediatria está atualmente parada uma vez que a empresa adjudicante não tem meios suficientes para terminar a construção.
- O HNGV esclarece que os pagamentos feitos aos médicos que também prestam serviços em clínicas privadas, refletem apenas o trabalho realizado no HNGV e



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

que estes médicos apenas prestam serviços nas clínicas privadas fora das horas de serviço no HNGV.

- Quanto às dívidas de eletricidade no valor de 1.2 milhões de dólares existentes deste 2017 a 2020, o HNGV informou que o orçamento alocado no OGE retificativo pagou todas as dívidas existentes. O HNGV não tem dívidas de eletricidade atualmente.

12. INSTITUTO NACIONAL DE FARMÁCIA E PRODUTOS MÉDICOS (INFPM)

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INFPM de \$8.294.065, dos quais \$2.112.649 estão alocados ao Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e \$6.181.416 ao Programa Saúde. O OGE de 2024 para o INFPM foi dividido em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Saúde, 4 subprogramas e 9 atividades.

O INFPM é um novo Instituto, que substitui o Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos (SAMES).

O OGE retificativo para 2023 referente ao SAMES foi de \$15.235.500. A execução orçamental do SAMES, até 4 de dezembro de 2023 foi de 51.9% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Quanto ao controlo de qualidade dos medicamentos, o INFPM esclareceu que este controlo é feito em diversos momentos, começando no processo de aprovisionamento, passando pelo desalfandegamento, pelo armazenamento, garantindo-se condições adequadas, nomeadamente temperatura e eletricidade sem interrupções, e terminando na sua utilização nos estabelecimentos de saúde.
- Para a gestão dos armazéns está previsto um orçamento de \$255.685. No entanto, a Comissão F faz notar durante as audiências que o armazém existente



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

é insuficiente para o armazenamento de todos os medicamentos. Neste momento o INFPM aluga um armazém em Bebonuk. O INFPM esclareceu que este orçamento se destina aos serviços operacionais do armazém, à distribuição de medicamentos pelos estabelecimentos de saúde, ao arrendamento temporário do armazém (\$78.000), às taxas de desalfandegamento dos medicamentos, e à gestão de qualidade dos medicamentos.

- Relativamente à compra de medicamentos, é necessário que se melhore e facilite o processo de aprovisionamento. O Decreto-lei n.º 22/2022, de 11 de maio, Regime Jurídico do Aprovisionamento, dos Contratos Públicos e das Respetivas Infrações não é adequado para o aprovisionamento do INFPM, devendo ser elaborado um regime específico para o instituto, particularmente nas situações de stock-out. O Decreto-Lei n.º 2/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 12/2016, e agora revogado, definia um processo de aprovisionamento específico para a compra de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, tendo em conta a particularidade e urgência destes processos.
- O stock-out de medicamentos continua a ser um problema, com hospitais e centros e postos de saúde com falta de medicamentos. O INFPM esclareceu que coordena com a Direção Nacional de Farmácia e Medicamentos do Ministério da Saúde para a melhoria do sistema de quantificação dos medicamentos nos estabelecimentos de saúde. É ainda necessário que se assegurem os dados de consumo dos utentes, estimando-se as quantidades necessárias. O MS, através da DNFM já elaborou um plano de reforço do sistema digital M-Supply que assegura um sistema de informação dos medicamentos.
- Relativamente à Lei n.º 12/2004, Lei das Atividades Farmacêuticas, o INFPM considera que esta já é uma lei antiga, que não se adequa às exigências atuais, devendo ser revista e alterada no próximo ano.



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

13. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA DE TIMOR-LESTE (INSPTL)

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao INSPTL de \$2.058.284, dos quais \$920.304 estão alocados ao Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e \$1.137.980 ao Programa Saúde. O OGE de 2024 para o INSPTL foi dividido em dois programas – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Saúde, 9 subprogramas e 26 atividades. o que resulta num aumento de 5,87%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023

O INSPTL é um novo Instituto, que engloba o Instituto Nacional de Saúde e o Laboratório Nacional de Saúde.

O OGE retificativo para 2023 referente ao Instituto Nacional de Saúde foi de \$1.159.079. A execução orçamental para o INS, até 4 de dezembro de 2023 foi de 67,1% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

O OGE retificativo para 2023 referente ao Laboratório Nacional de Saúde foi de \$823.345. A execução orçamental para o LNS, até 4 de dezembro de 2023 foi de 69,4% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O INSPTL começa por esclarecer que o processo de transição para este instituto novo ainda não está concluído, uma vez que os regulamentos internos ainda não foram aprovados. Com a falta destes regulamentos internos, ainda não existem Chefes de Departamento, não estando a estrutura legal concluída.
- Questionado sobre as fracas instalações do laboratório, o INSPTL garantiu que o laboratório nacional cumpre com os standards internacionais, e os controlos de qualidade apresentam sempre bons resultados.
- O INSPTL informou que enquanto laboratório de referência, o Laboratório Nacional é também um local de ensino e capacitação dos estudantes, recebendo vários estagiários.



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- Relativamente à proximidade dos espaços dos serviços da unidade de microbiologia-serologia e parasitologia, o INSPTL esclarece que embora sejam próximos existe uma clara divisão de serviços, assegurando-se controlo de qualidade e não contaminação de amostras que alterem resultados. O INSPTL planeia melhorar estes espaços no futuro.
- Quanto ao laboratório de toxicologia, existem duas máquinas em bom estado, mas que não são, no entanto, utilizadas. O INSPTL explicou que o laboratório de toxicologia não funciona uma vez que não existem os reagentes para os testes básicos de deteção de contaminação de químicos na comida, água, produtos cosméticos, entre outros. O INSPTL apresenta como solução temporária a realização de um MoU com laboratórios da Indonésia que possam fornecer os reagentes necessários.
- Quanto às máquinas existentes no laboratório de toxicologia, o INSPTL informou que não existem recursos humanos suficientes para utilização destas máquinas e que as infraestruturas do laboratório não são adequadas.
- O INSPTL informou ainda que no ano 2023 obteve um total de receitas de \$65.747 provenientes dos testes Covid-19 e check-up gerais de recrutamento de pessoal e de estrangeiros.

14.SERVIÇO NACIONAL DE AMBULÂNCIAS E EMERGÊNCIA MÉDICA (SNAEM)

O OGE retificativo para 2023 referente ao SNAEM foi de \$2.336.709. A execução orçamental para o SNAEM, até 4 de dezembro de 2023 foi de 80% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao SNAEM de \$2.473.928, o que resulta num aumento de 5,87%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do SNAEM para 2023 foi dividida em dois programas: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Cuidados de Saúde Secundários e Terciários. Os programas subdividem-se em 6 subprogramas e 20 atividades.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$887.041 registando um aumento de 2,95% relativamente ao montante alocado no OGE retificativo de 2023, e para o programa Cuidados de Saúde Secundários e Terciário, programa novo, propõe-se um orçamento de \$1.586.887. O programa Igualdade de Género e Inclusão Social deixa de ser previsto no OGE de 2024.

Relativamente à execução do OGE retificativo de 2023, as categorias apresentam, no geral, percentagens de execução a rondar os 80%, à exceção da categoria de Capital Menor que foi executada em apenas 46,1%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- O SNAEM prevê uma verba de \$300.000 para a compra de ambulâncias. Para assegurar o serviço do SNAEM são necessárias 62 – 4 para cada município e 8 para Díli. Assim, serão compradas 5 ambulâncias, custando cada ambulância à volta de \$60.000, o que dá um total de \$300.000.
- De acordo com os dados fornecidos sobre as ambulâncias: existem 53 ambulâncias, 25 em boas condições, 9 que podem ser arrançadas e 20 que não podem ser arrançadas.
- Relativamente aos equipamentos existentes, de acordo com o padrão mínimo dos serviços de ambulância e emergência médica, a maioria dos equipamentos médicos nas ambulâncias encontram-se em boas condições e funcionais.
- O SNAEM realça que é necessário garantir a prontidão do serviço de emergência médica em todo o território nacional.

15. MINISTÉRIO PARA OS ASSUNTOS DOS COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL (MACLN)

O OGE retificativo para 2023 referente ao MACLN foi de \$115.048.953. A execução orçamental para esse Ministério, até 4 de dezembro de 2023 foi de 89% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

A PPL estabelece uma alocação orçamental global ao MACLN de \$113.010.076, o que resulta numa redução de 1,77%, relativamente ao montante previsto no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental do MACLN para 2024 foi dividida em dois programas - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Inclusão Social, 6 subprogramas e 13 atividades.

Para o programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional propõe-se um orçamento de \$2.712.760 registando um aumento de 36,41% relativamente ao montante previsto no OGE retificativo de 2023, e para o programa de Inclusão Social propõe-se um orçamento de \$109.309.704 registando uma redução de 2,69% relativamente ao montante previsto no OGE retificativo de 2023.

As taxas de execução das categorias orçamentais do MACLN mostram-se no geral boas. As categorias Capital Menor e Transferências Públicas são as que apresentam uma percentagem de execução mais alta, em contraste com a categoria de Capital de Desenvolvimento que não chega a uma execução de 50% e com a categoria de Bens e Serviços que conta com uma percentagem de execução de 58%.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS E CONTRIBUTOS RECEBIDOS DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

- Durante o ano de 2023 e através da execução do OGE de 2023, o MACLN apresenta os seguintes resultados:
 - a) Validação de 2.º registo – 98908 beneficiários.
 - b) Pagamento de pensões – 27073 beneficiários.
 - c) Bolsas de Estudo atribuídas – 1988 beneficiários.
 - d) Tratamentos de saúde – 1880 beneficiários.
 - e) Caixões aos Combatentes da Libertação Nacional falecidos – 811.
 - f) Apoio de habitação aos desmobilizados – 113 beneficiários.
 - g) Contribuições para finalização de estudos – 70 beneficiários.
 - h) Outras contribuições – 56 beneficiários
 - i) Sepultamento nos Jardins de Heróis – 45



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

j) Recolha de restos mortais – 2.

- As prioridades do MACLN para 2024 são o reconhecimento e valorização dos veteranos, combatentes e mártires da libertação nacional, através do pagamento de pensões e subvenções de 1.º registo; conclusão do programa de recolha dos restos mortais de todos os falecidos durante o período de ocupação estrangeira, colocados nas Uma Lisan em todo o território nacional; atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos Combatentes da Libertação Nacional, desde a educação básica ao ensino universitário; definição de estratégias de investimento do Fundo dos Veteranos; apoio na criação do banco do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional; continuação da construção dos Jardins dos Heróis da Libertação Nacional; realização de cerimónias de condecoração dos Combatentes da Libertação Nacional e de cerimónias fúnebres do Estado dos restos mortais dos mártires; continuação da pesquisa sobre a história da Luta da Resistência Timorense; continuação do funcionamento do Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional; garantia de proteção social dos veteranos; implementação dos incentivos às atividades geradores de rendimentos aos combatentes da libertação nacional.
- Quanto às bolsas de estudo para o ano letivo de 2023, o MACLN abriu vagas, recebeu candidaturas e atribuiu bolsas no montante de \$1.603.100. Foram fornecidos os seguintes dados: 2145 vagas, 3012 candidaturas, 1988 bolsas aprovadas e pagas, 618 bolsas aprovadas, mas sem vagas, 406 bolsas não aprovadas. Para o ano de 2024, o MACLN alocou um total de \$1.127.750 para a atribuição de bolsas.
- Relativamente ao pagamento das pensões interrompido e à falsificação de documentos, o MACLN iniciou o pagamento das pensões em 2008, tendo interrompido este pagamento, uma vez que detetou 2118 processos com dados falsificados. Com efeito, para 2024 não está previsto qualquer orçamento para o apoio à habitação de desmobilizados.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- Para o Apoio à Habitação para os Desmobilizados, o OGE 2023 previa a atribuição de 80 casas, no entanto o OGE retificativo aumentou o valor alocado para concluir este programa, atribuindo os apoios restantes, tendo concluído o programa com o pagamento do apoio a 113 desmobilizados.
- Quanto à validação de dados, este processo ainda não se encontra concluído, uma vez que falta o município de Aileu e a validação do Comité 12 de novembro também ainda não foi concluída. Foram fornecidos os seguintes dados: total de dados para validação de 124.782, tendo 100.086 já sido validados e 24.696 ainda não validados.
- Para a categoria de Capital de Desenvolvimento está previsto um montante de \$3.484.100, destinado ao projeto de retenção e reapropriação de Jardins de Heróis de Liquiçá, Bobonaro e Lospalos, entre outras atividades, e a projetos novos.
- Relativamente à garantia de proteção social para os Combatentes da Libertação Nacional, esta engloba tratamentos médicos, caixões para os CLN e família, campas, entre outros. O montante de \$5.000.000 alocado à categoria de Transferências Públicas destina-se a cobrir as despesas de tratamentos médicos e medicamentosos no país e no estrangeiro.
- Quanto à categoria de Capital Menor, no ano de 2023 o procedimento de aquisição de bens através do Capital Menor atrasou devido à mudança de governo, no entanto o MACLN garante a entrega dos bens pelas empresas até ao final do ano, executando a categoria em 100%. Para 2024, o Capital Menor conta com um orçamento de \$212.000, para a compra de 5 carros operacionais, scanner, impressoras, câmaras fotográficas, armários, mesas, cadeiras, entre outros.
- Quanto ao Fundo de Investimento dos Veteranos, a atribuição de \$30 mensais teve início em janeiro de 2020 até à data, num total de custos de \$39.253.277,11.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

16. AUTORIDADE RAEOA-ZEESM E FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DA RAEOA (FED-RAEOA)

O OGE retificativo para 2023 referente à RAEOA foi de \$53.262.112. A execução orçamental para a RAEOA, até 5 de dezembro de 2023 foi de 60,6% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global à RAEOA de \$40.000.000, o que resulta numa redução de 24,90%, relativamente ao montante alocado no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental da RAEOA para 2024 foi dividida em 13 programas, 84 subprogramas e 198 atividades.

O OGE retificativo para 2023 referente ao FED-RAEOA foi de \$30.500.000. A execução orçamental para o FED-RAEOA, até 5 de dezembro de 2023 foi de 84,4% (dados disponíveis ao público no Portal de Transparência).

A PPL estabelece uma alocação orçamental global à RAEOA de \$20.000.000, o que resulta numa redução de 34,43%, relativamente ao montante alocado no OGE retificativo para 2023. A proposta de dotação orçamental da RAEOA para 2024 foi dividida em 7 programas, 9 subprogramas e 16 atividades.

A Comissão F participou na audiência pública da Autoridade da RAEOA, em conjunto com as outras Comissões Parlamentares. Durante as audiências a Autoridade da RAEOA foi representada pelo Vice-Ministro para os Assuntos Parlamentares. Por este motivo, as questões relativas ao Orçamento de 2024 da RAEOA foram respondidas, no geral, de forma esclarecedora, no entanto ficaram por responder algumas questões, por falta de comparência dos membros da RAEOA.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

17. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA E BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

A Comissão F participou na audiência pública do Ministério das Finanças, Autoridade Tributária e Aduaneira e Banco Central de Timor-Leste, em conjunto com as outras Comissões Parlamentares.

Foi questionado pela Comissão F ao Ministério das Finanças sobre a inconformidade dos dados orçamentais inscritos na PPL e nos Livros Orçamentais do INSS. O Ministério das Finanças informou que iria responder por escrito, por forma a certificar os valores. Até à data de elaboração deste Parecer Setorial não foi entregue qualquer resposta, no entanto será entregue à Comissão C até ao dia 11 de dezembro de 2023.

V. CONCLUSÕES

A Comissão F formula as seguintes conclusões:

- Diante das informações apresentadas pelos órgãos em análise nas áreas da competência da Comissão F, verifica-se a execução regular das alocações orçamentais relativas ao ano de 2023.
- Da análise da PPL, em confronto com o OGE retificativo de 2023 conclui-se que, em termos globais, para 2024, uma redução das alocações orçamentais dos órgãos e serviços já existentes. No entanto, prevêem-se orçamentos para 3 novos institutos e unidades.
- Especificamente, verificam-se aumentos nas seguintes dotações: MCAS, INCSIDA, INDDICA, SNAEM, INSS e SASCAS. Foram reduzidos os orçamentos das seguintes entidades: SEI, MS, MACLN, MSSI, CNR, HNGV e RAEOA. Para 2024 prevêem-se dois novos institutos: INFP e INSPTL, e uma nova unidade, a UNMICS.
- Por outro lado, a Comissão F constatou alguma desconformidade entre os dados apresentados nas audiências públicas e os dados inscritos na PPL e nos Livros Orçamentais.



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- A Comissão F verificou ainda que várias entidades, como o MCAS, UNMICS e SASCAS não incluíram os pontos de partida, metas e indicadores nos Livros Orçamentais.
- Adicionalmente, nota-se que várias entidades, como o MSSI, o INSS, INCSIDA, INDDICA, UNMICS, SASCAS, RAEOA e Ministério das Finanças não procederam à entrega das respostas por escrito às questões colocadas pela Comissão F durante as audiências, tal como solicitado pela Comissão, até à elaboração do presente Parecer Setorial.
- A Comissão F reconhece o esforço de participação dos membros do Governo nas audiências públicas.

VI. RECOMENDAÇÕES

A Comissão F formula as seguintes recomendações:

a) Secretaria de Estado para a Igualdade:

- Uniformização da designação da Secretaria de Estado da Igualdade nos documentos do OGE de 2024.
- Aumento da taxa de representação feminina nos cargos de autoridade local, através do reforço da advocacia e sensibilização.
- Reforçar as atividades de formação na área da gestão dos pequenos negócios.
- Aumento da taxa de sucesso dos beneficiários do Fundo de Transferências Públicas.

b) Ministério da Solidariedade Social e Inclusão:

- Assegurar a conclusão das obras dos Centros de Solidariedade Social deste ano e o início da construção destes Centros no próximo ano.
- Atualização da base de dados dos beneficiários do programa Bolsa da Mãe Condicional.

c) Instituto Nacional de Segurança Social:



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

- Assegurar a operacionalização do Portal Eletrónico de Segurança Social, facilitando a obtenção de informação dos beneficiários.
 - Socialização do pacote legislativo da Segurança Social.
- d) **Instituto Nacional para a Defesa dos Direitos das Crianças:**
- Dar prioridade à implementação e socialização da Lei da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo.
 - Garantir que o Plano Nacional de Proteção das Crianças está em conformidade com a LPCJP e que lhe dá prioridade.
- e) **Centro Nacional de Reabilitação:**
- Considerando que o orçamento alocado ao CNR é limitado, recomenda-se uma gestão eficiente dos recursos, por forma a garantir a resposta adequada às necessidades dos utentes.
- f) **Unidade de Missão para o Combate ao *Stunting*:**
- Elaboração e aprovação do Plano Nacional de Combate ao *Stunting*.
 - Dar prioridades às atividades de advocacia e sensibilização.
- g) **Serviço de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social:**
- Reforço da monitorização e avaliação das Organizações da Sociedade Civil beneficiárias.
- h) **Ministério da Saúde:**
- O pagamento do remanescente em dívida aos hospitais da Malásia, Singapura e Indonésia.
 - Elaboração de um plano integrado de monitorização e avaliação de todos os estabelecimentos de saúde, desde os hospitais aos postos de saúde, que monitorize e avalie os recursos humanos, os equipamentos médicos e as instalações dos estabelecimentos.
 - Controlo do registo dos 28 importadores de medicamentos e do INFPM que ainda não estão registados.



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

i) Hospital Nacional Guido Valadares:

- Dar prioridade à continuidade da expansão da unidade maternidade e à construção da ala de pediatria.

j) Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos:

- Controlo dos medicamentos ilegais, que passam a fronteira sem qualquer autorização ou licença.
- Controlo dos importadores que ainda não têm registo nem autorização de importação de medicamentos.
- Registo do INFPM na Direção Nacional de Farmácia e Medicamentos do MS, enquanto importador de medicamentos.
- Relativamente à compra de medicamentos, é necessário facilitar o processo de aprovisionamento, devendo ser elaborado um regime de aprovisionamento específico para a compra de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, tendo em conta a particularidade e urgência destes processos.

k) Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste:

- Finalização do processo de transição do instituto, através da aprovação dos regulamentos internos necessários.
- Assegurar a existência de reagentes no laboratório de toxicologia, através da realização de um MoU com a Indonésia para fornecimento de reagentes, tendo em conta o risco de transporte de longa distância.

l) Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica:

- Garantir a prontidão do serviço de emergência médica em todo o território nacional, através da existência de ambulâncias suficientes e de pessoal especializado e formado.

m) Ministério para Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional:

- Acelerar a conclusão do processo de validação de dados.



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

n) Comissão C:

- Recomenda-se que a Comissão C, no caso de serem entregues respostas escritas pelas entidades após a aprovação deste Parecer Setorial, nomeadamente do Ministério das Finanças, as tenha em conta aquando da elaboração do Relatório Parecer.

VII. PARECER

Face ao exposto, e sem prejuízo das conclusões e recomendações, e da sujeição a um escrutínio mais pormenorizado das mesmas na Especialidade, a Comissão F considera que se encontram reunidas as condições exigidas pela Constituição e pela Lei para que a PPL, na parte referente às matérias da competência material da Comissão F, possa ser apreciada em Plenário.



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

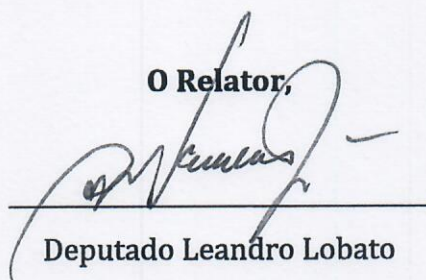
Comissão de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género

VIII. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente parecer foi discutido na reunião da Comissão F, que se realizou no dia 6 de dezembro de 2023, estando presentes x Deputados, tendo sido aprovado com 7 Votos a favor, 0 votos contra, e 2 abstenção.

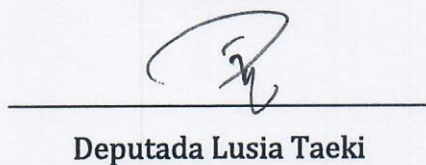
Díli, 6 de dezembro de 2023.

O Relator,



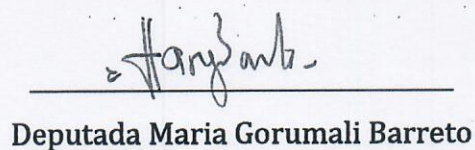
Deputado Leandro Lobato

A Relatora,



Deputada Lusía Taeki

A Presidente da Comissão,



Deputada Maria Gorumali Barreto